



# Mobilização Social

REVISÃO DE LITERATURA

MAPUTO, NOVEMBRO DE 2008

**ÍNDICE**

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
I.1 OBJECTIVO GERAL .....	5
I.2 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS .....	5
<b>II. METODOLOGIA.....</b>	<b>6</b>
<b>III. TEORIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONCEITO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>7</b>
III.1 DEFININDO O CONCEITO DE MOBILIZAÇÃO .....	7
III.2 O CONCEITO DE COMUNIDADE .....	8
III.3 SOBRE A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA.....	10
III.4 MOBILIZAÇÃO SOCIAL OU MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA.....	12
<b>IV. ABORDAGENS E MODELOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>15</b>
IV.1 MODELOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	15
<b>V. MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO HIV E SIDA .....</b>	<b>19</b>
V.1 MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS RELACIONAMENTOS MÚLTIPLOS E CO-OCORRENTES .....	20
<b>VI. MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>22</b>
VI.1 ACTIVISMO .....	23
VI.2 TEATRO COMUNITÁRIO.....	26
VI.3 STEPPING STONES.....	28
VI.4 REFLECT .....	29
VI.5 STAR .....	30
VI.6 AFRICAN TRANSFORMATION .....	31
VI.7 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA .....	32
<b>VII. MOBILIZAÇÃO SOCIAL COM ENFOQUE PARA PARCEIROS MÚLTIPLOS E CO-OCORRENTES .....</b>	<b>34</b>
<b>VIII. DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE ABORDAGENS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>35</b>
<b>IX. CONCLUSÃO.....</b>	<b>38</b>
<b>X. RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>39</b>

**ABREVIATURAS**

<b>AAMo</b>	Actionaid Moçambique
<b>AMODEFA</b>	Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família
<b>AC</b>	Agente Comunitário
<b>AMETRAMO</b>	Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique
<b>ANEMO</b>	Associação dos Enfermeiros de Moçambique
<b>CCC</b>	Coligação de Cuidados Comunitários
<b>CLC</b>	Conselho de Líderes Comunitários
<b>FDC</b>	Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
<b>CVM</b>	Cruz Vermelha de Moçambique
<b>GTO</b>	Grupo de Teatro do Oprimido
<b>HIV</b>	Vírus de Imunodeficiência Adquirida
<b>ITS</b>	Infecções Transmitidas Sexualmente
<b>MCP</b>	Multiple and Concurrent Partnership
<b>OBC</b>	Organização Baseada na Comunidade
<b>OBF</b>	Organização Baseada na Fé
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>PGB</b>	Programa Geração Biz
<b>PSI</b>	Population Service Internacional
<b>PVHS</b>	Pessoas vivendo com HIV e SIDA
<b>SAAJ</b>	Serviços Amigos de Adolescentes e Jovens
<b>SMI</b>	Saúde Materno Infantil
<b>SSR</b>	Saúde Sexual Reprodutiva
<b>SUFOR</b>	Supervisor e Formador
<b>TARV</b>	Tratamento Antiretroviral
<b>WV-Moç</b>	Visão Mundial-Moçambique

## I. INTRODUÇÃO

A presente revisão de literatura tem como foco principal a mobilização social, com o objectivo de informar a N"weti, uma organização dedicada à implementação de programas para Saúde e Desenvolvimento, sobre as diferentes metodologias usadas em Moçambique, bem como recomendar as melhores práticas sobre intervenções de mobilização social com vista a apoiar as acções de prevenção para a redução dos parceiros múltiplos e co-ocorrentes.

Importa mencionar que o conceito de mobilização social é também usado em alguma literatura consultada de forma equivalente à mobilização comunitária. Queremos referir que estamos conscientes de que em alguns momentos iremos usar o termo mobilização comunitária para um melhor enquadramento e compreensão. Revela-se igualmente importante referir que o conceito de mobilização social é maioritariamente mencionado na literatura consultada mais pela sua caracterização do que pela sua definição. Para uma melhor compreensão do conceito de mobilização social serão definidos outros conceitos associados como comunidade e participação.

Relativamente à mobilização social em Moçambique, existem várias abordagens implementadas que têm como objectivo principal abordar a questão da prevenção e mitigar o impacto desta pandemia no país. São usadas abordagens de sensibilização pelos activistas, teatro comunitário, metodologias participativas como o Stepping Stones, o Reflect e STAR. Falando especificamente dos relacionamentos múltiplos e concorrentes, observa-se que de uma forma geral, são ainda muito poucas as iniciativas de mobilização social que visam abordar este fenómeno.

O presente relatório apresenta primeiro as discussões teóricas do conceito de mobilização social bem como de outros conceitos a ele relacionados. Em seguida, são mencionados os modelos e abordagens de mobilização social. Posteriormente são apresentadas as diferentes abordagens de mobilização social em Moçambique e os desafios que advém da sua implementação e por último são apresentadas as conclusões e respectivas recomendações.

## I.1 OBJECTIVO GERAL

O estudo tem como objectivo principal, identificar intervenções na área mobilização social com enfoque especial para as relações múltiplas e co-ocorrentes,

## I.2 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- ✚ Explorar o conceito de mobilização social e os aspectos a ele relacionados a nível global, regional e em Moçambique;
- ✚ Analisar de forma crítica as intervenções sobre mobilização social em Moçambique;
- ✚ Analisar de forma crítica as intervenções sobre mobilização social na área do HIV e SIDA e de forma específica nas relações múltiplas e concorrentes;
- ✚ Realizar uma avaliação dos parceiros relativamente às intervenções na área de mobilização social com especial enfoque para acções de prevenção;
- ✚ Avaliar a possibilidade de elaborar ou adaptar modelos de mobilização social como uma acção de prevenção para diminuir as relações múltiplas e concorrentes;
- ✚ Recomendar melhores práticas sobre intervenções de mobilização social na área do HIV e SIDA;

## II. METODOLOGIA

O estudo foi essencialmente baseado na revisão documental existente sobre a mobilização social. Esta etapa fundamental foi complementada pela realização de entrevistas semi-estruturadas aos actores que intervêm nesta área.

A revisão da documentação permitiu dispor de dados e conclusões produzidos por outros pesquisadores o que ajudou no refinamento dos tópicos que sustentaram a análise conduzida e principalmente informou sobre o saber produzido local e internacionalmente no âmbito da mobilização social.

A análise foi baseada na recolha de informação em fontes primárias (livros, relatórios de estudo, revistas de artigos especializados, recensões bibliográficas e estratégias programáticas) e através de consulta electrónica. A informação documental foi posteriormente complementada por realização de entrevistas semi-estruturadas. Estas foram dirigidas a informantes chave representantes de actores institucionais directamente envolvidos nos programas de mobilização social, com especial enfoque para a área de prevenção do HIV.

As entrevistas foram aplicadas usando um guião que continha aspectos pertinentes para a análise, nomeadamente, tipos de intervenções na área de mobilização social de forma geral e com enfoque para a prevenção e relacionamentos múltiplos e concorrentes, mecanismos de verificação do impacto das intervenções e principais constrangimentos no processo de implementação.

### III. TEORIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONCEITO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O conceito de mobilização social encerra consigo diferentes abordagens teórico-metodológicas que contribuem em certa medida para a multiplicidade de interpretações a ele associadas. A par disto, ao teorizar este conceito torna-se pertinente fazer referência a outros conceitos a ele associados como é o caso de mobilização, comunidade e participação comunitária, que permitem uma melhor compreensão do conceito aqui em discussão. Importa mencionar que as leituras realizadas levam-nos a constatar que a mobilização social é discutida maioritariamente através da sua caracterização e menos pela sua conceptualização facto que irá influenciar a nossa discussão. Um outro aspecto a realçar é o facto de o conceito de mobilização social ser referido por vários autores fazendo referência aos conceitos mobilização comunitária e participação comunitária. Por questões de coerência iremos usar o conceito de mobilização social, sem contudo deixarmos de considerar importante outras terminologias usadas.

#### III.1 DEFININDO O CONCEITO DE MOBILIZAÇÃO

Mobilizar significa fazer as pessoas participarem em determinada acção ou em algo, porém esta participação não deve apenas ser no sentido de “fazer parte, mas sim de “tomar parte”, por forma a permitir um envolvimento ainda mais profundo. Neste sentido, percebe-se que a mobilização não deve apenas preocupar-se com o número de pessoas que participam, mas também com o seu nível de envolvimento<sup>1</sup>.

O processo de mobilização serve para criar uma cultura de participação que permite que as pessoas sejam tratadas como sujeitos em torno de um propósito comum, sendo que é da sua responsabilidade identificar quer seja os seus problemas ou necessidades e por último, as melhores soluções para resolver estes mesmos problemas. A mobilização não deve ser confundida com simples comunicados, nem com propagandas ou divulgações, mas sim ela exige acções de comunicação em seu sentido mais amplo, através das relações interpessoais e do diálogo<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> <http://www.aracati.org.br>

<sup>2</sup> Idem.

### III.2 O CONCEITO DE COMUNIDADE

O conceito de comunidade torna-se relevante para a presente revisão de literatura uma vez que as acções de mobilização geralmente ocorrem numa determinada comunidade ou grupo específico no sentido de provocar alguma mudança que seja social ou de nível comportamental. A discussão do conceito de comunidade apresenta duas visões principais, a primeira que se caracteriza por uma visão saudosista e essencialista que dominou os discursos teóricos durante vários anos. Uma outra vertente mais recente (século XX) vê a comunidade sob uma perspectiva mais dinâmica e sujeita a mudanças.

O conceito de comunidade pode ter múltiplos sentidos, sempre dependentes do referencial de quem os emprega e do contexto em que é utilizado pois no seu uso, cada qual projecta as suas crenças, seus estados de ânimo e suas posições. As principais concepções subjacentes aos diferentes sentidos atribuídas ao termo comunidade parecem estar associadas aos laços sanguíneos, pelo entendimento comum “natural”, pelas tradições de um povo, tribo e ou família, grupo de pessoas geograficamente delimitadas que compartilham interesses em comum sem que estes precisassem de ser explicados ou discutidos para se chegar a um consenso<sup>3</sup>.

A definição clássica do conceito de comunidade é atribuída ao sociólogo Ferdinand Tönnies que apresenta uma definição de comunidade em oposição ao conceito de sociedade, enfatizando delimitações geográficas, oposições entre o rural e urbano, bem como em termos de princípios, colectivos e individualistas<sup>4</sup>. Ao nível da Sociologia, esta definição contribuiu para que a concepção de comunidade fosse usada de forma acrítica, a-histórica e intemporal, onde são raros os questionamentos do uso deste termo<sup>5</sup>.

O conceito de comunidade é também visto de forma saudosista e utópica pois faz referência a algo de bom em si e que é necessário manter. Segundo esta visão, a palavra comunidade sugere uma unidade consensual, unicidade, homogeneidade, solidariedade, cooperação e a partilha de necessidades e interesses. Esta visão seria uma estratégia para enfrentar a sobreposição dos valores individualistas atribuídos hoje em dia aos processos de globalização<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Carvalho, Rosalina e Silva, Cristiane Paulin Simon (2005). Sobre a Diversidade de Sentidos de Comunidade, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, p. 39.

<sup>4</sup> Tönnies, Ferdinand (1963). *Community and Society*. 1st ed. New York, Harper & Row Publishers.

<sup>5</sup> Carvalho, Rosalina e Silva, Cristiane Paulin Simon (2005). Sobre a Diversidade de Sentidos de Comunidade, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, p. 40.

<sup>6</sup> Idem.

No campo das Ciências Sociais e da Saúde Pública, comunidade refere-se a pessoas que partilham o mesmo problema, área geográfica, e outras características populacionais como cultura, idade, etc<sup>7</sup>. Nesta mesma linha, a ONUSIDA define comunidade no seu sentido mais amplo e abrangente, como um grupo de pessoas que têm algo em comum e que de forma conjunta nos seus interesses comuns<sup>8</sup>.

Do ponto de vista legal, a legislação moçambicana define comunidade na mesma linha, considerando como sendo:

Agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água, áreas de caça e de expansão<sup>9</sup>.

Outros autores salientam que o conceito de comunidade deve seguir as transformações sociais, económicas, culturais e políticas, os avanços tecnológicos e as reconfigurações de tempo e espaço (Gergen e Gergen 2000, Dubar 2002, Silva e Simon 2005, Yamamoto 2007). A proposta apresentada por estes autores é de fazer uma busca reflexiva do conceito de comunidade que não se restrinja à ideia de contraposição entre rural e urbano, indivíduo e sociedade, ou ainda, localização geográfica e características definidas a priori por pessoas externas à suposta comunidade.

Ainda neste âmbito, recentes definições de comunidade sugerem a existência de grupos colectivos múltiplos, inconstantes, e efémeros, os quais indivíduos aderem por períodos variáveis e limitados e que proporcionam recursos de identificação que se apresentam de maneiras diversas. O contexto actual sugere que estes grupos que se formam designam relações sociais baseadas em compromissos ou coordenações de interesses motivados racionalmente, em valores ou finalidade. Formam-se alianças por interesses e compromissos, e sobretudo para a busca de melhores formas de vida<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> Kim Ju, et al (2008), Community Mobilisation and Its Application to Youth Violence Prevention.

<sup>8</sup> ONUSIDA, (1997). A Mobilização da Comunidade e o SIDA: Actualização Técnica da ONUSIDA, Colecção Boas Práticas da ONUSIDA, Genebra, p.3.

<sup>9</sup> Boletim da República, I Série, n°27, de 12 de Julho de 1999. Lei n°10/99, de 7 de Julho.

<sup>10</sup> Carvalho, Rosalina da Silva e Simon, Cristiane Paulin (2005). Sobre a Diversidade de Sentidos de Comunidade, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, p. 44.

Com o desenvolvimento tecnológico que torna cada vez mais acessíveis diversos meios de comunicação como a rádio, televisão, o computador, a internet dentre outros, os processos de significação também são acelerados. Os valores, atitudes e opiniões estão sujeitos a rápidas oscilações, e como consequência, os processos relacionais também sofrem mudanças que se manifestam no facto de as pessoas não precisarem de estar no mesmo local para formarem uma comunidade<sup>11</sup>. Sob ponto de vista económico, no contexto de uma reestruturação da economia política mundial que determina outras formas de organização social e identitária, homens e mulheres procuram grupos a que poderiam pertencer, com certeza e para sempre, num mundo em que tudo se move e se desloca, em que nada é certo<sup>12</sup>.

Contudo, isto não quer dizer que esta visão é completamente contra a identidade de comunidade definida pela localidade. A principal crítica a esta visão é que esta é imposta e não considera as identidades já existentes. Além disso, ao lidar com os problemas no nível local, questões mais amplas que influenciam directamente a localidade como, as relações de poder assimétricas, as influências das estruturas macro-sociais, as disparidades regionais na distribuição da riqueza, os desequilíbrios do mercado, desemprego, racismo e práticas de exploração do trabalho, são ignoradas<sup>13</sup>

### III.3 SOBRE A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Não existe um consenso sobre o significado da participação. A conotação ideológica que perpassa este conceito faz com que haja diversas e mesmo interpretações contraditórias sobre os seus possíveis significados. A participação pode manifestar-se de diversas formas, como pressão junto às instituições oficiais com o intuito de obter respostas para demandas localizadas, como consulta, como acção directa, como contribuição em dinheiro ou em mão-de-obra como aumento da organização e da consciência política, como partilha de responsabilidades ou de informações<sup>14</sup>.

Apesar das diferentes interpretações sobre a participação, uma distinção importante pode ser feita entre aqueles que identificam participação como um meio e aqueles que identificam como um fim. Quando a participação é identificada como um fim, o objectivo não é algo fixo e quantificável mas um

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Yamamoto, Eduardo Yuji (2007). XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de Agosto a 2 de Setembro de 2007.

<sup>13</sup> Carvalho, Rosalina da Silva e Simon, Cristiane Paulin (2005). Sobre a Diversidade de Sentidos de Comunidade, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, p. 45.

<sup>14</sup> Paulillo, Maria Angela Silveira (1999). Publicação Semestral do Departamento de Serviço Social Centro de Estudos Sociais Aplicados. Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Volume 1, nº2 Janeiro/Junho.

processo cujo resultado é uma crescente participação no processo de desenvolvimento. Na verdade não é a avaliação da participação como meio ou como um fim que importa, mas a identificação do processo através do qual participação como um meio revela a capacidade de se desenvolver em participação como um fim<sup>15</sup>.

As discussões teóricas sobre o conceito de participação comunitária estão intrinsecamente ligadas às ideias de Paulo Freire que consideram que a educação deveria ser uma troca interactiva de conhecimentos que permite resgatar filosofias que representam uma possibilidade de autonomia crítica do educando. Nesta perspectiva da pedagogia da liberdade, “o aprendizado já é um modo de tomar consciência do real e como tal só pode dar-se dentro dessa tomada de consciência”<sup>16</sup>.

Sob ponto de vista da governação, a participação comunitária manifesta-se através do processo de descentralização que chama atenção ao envolvimento das comunidades locais no processo de tomada de decisões, implementação e controle das políticas públicas, bem como em acções tendentes ao desenvolvimento local para o fortalecimento da governação local<sup>17</sup>.

O conceito de participação comunitária tornou-se importante nos programas de saúde, após a Declaração de Alma Ata de 1978 que ressalta a necessidade de participação dos membros de uma comunidade no delineamento das acções e na tomada de decisões sobre os serviços de saúde. Esta ideia foi revigorada na década 80 com a Carta de Ottawa publicada em 1986 sobre promoção de saúde, através dos conceitos de empoderamento, capacitação e desenvolvimento comunitário<sup>18</sup>.

A adopção do conceito de participação comunitária como estratégia dos programas de saúde, representou a adopção de uma concepção mais ampla da doença ao incluir as questões sociais e económicas como factores importantes na relação saúde/doença. Paralelamente, o uso desta estratégia permitiu que a população se envolvesse nos processos de tomada de decisões em relação aos serviços de saúde, na definição das prioridades para os serviços de saúde e que a população identificasse as suas próprias necessidades e os recursos para enfrentá-las, a partir da sua própria perspectiva em parceria com os profissionais de saúde. Com o uso desta perspectiva, acreditava-se

<sup>15</sup> Paulilo, Maria Angela Silveira (1999). Publicação Semestral do Departamento de Serviço Social Centro de Estudos Sociais Aplicados. Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Volume 1, nº2 Janeiro/Junho.

<sup>16</sup> Freire, Paulo (1977). Educação como Prática de Liberdade, Rio de Janeiro. Paz e Terra, p. 8

<sup>17</sup> Paulo, Arsénio (sd). Participação Comunitária: A Nova Forma de Relacionamento entre o Estado e a Sociedade – O Caso de Moçambique.

<sup>18</sup> Schwab, M e Syme, S.L (1997). On Paradigms, Community Participation and the Future of Public Health. American Journal of Public Health.87,12, 2049-2051.

ainda que a participação comunitária poderia ser uma fonte para corrigir as inequidades na saúde (Kelly e Van Vlaenderen 1994, Boyce 2001).

Contudo, esta utilização do conceito de participação comunitária nos programas de saúde não deixa de sofrer críticas pois o conceito de comunidade é subentendido pelos profissionais de saúde como população-alvo por formarem um conjunto de pessoas que habitam uma dada área espacial ou geográfica e apresentam determinados factores, padrões comportamentais ou de herança genética que os podem colocar numa situação de risco de doença. Por outro lado, a partir desta visão, a maioria dos programas considera participação comunitária as frequências das pessoas dessas comunidades às actividades propostas pelos profissionais de saúde<sup>19</sup>.

Os sentidos de comunidades definidos pelos profissionais de saúde remetem-nos para a visão anteriormente problematizada que considera a comunidade como uma unidade, em que os objectivos e interesses são visto de uma forma simplista. Nesta concepção, não há espaço para diversidade e para o individual, apenas para o colectivo entendido como homogéneo. Estes pressupostos contribuem para que não haja adesão nos programas de saúde pois as características da participação comunitária são determinadas e impostas pelos profissionais de saúde e suas centralidades estão na frequência às actividades definidas a priori<sup>20</sup>.

### **III.4 MOBILIZAÇÃO SOCIAL OU MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA**

Existem várias definições de mobilização social ou comunitária, porém todas convergem para a ênfase que se dá a participação activa da comunidade no sentido de responder a um interesse comum. De uma forma geral, mobilização social constitui um modo de pensar sobre ou de fazer desenvolvimento comunitário que preconiza que a interacção directa com a comunidade é a melhor forma de empoderar esta mesma comunidade. Através desta interacção directa, a comunidade é empoderada a pensar as suas opções, aumentar as suas habilidades interpessoais, construir um maior capital social e criar melhores contextos sociais nos quais podem ocorrer mudanças sociais relacionadas à saúde<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> Carvalho, Rosalina da Silva e Simon, Cristiane Paulin (2005). Sobre a Diversidade de Sentidos de Comunidade, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, p. 42.

<sup>20</sup> Carvalho, Rosalina da Silva e Simon, Cristiane Paulin (2005). Sobre a Diversidade de Sentidos de Comunidade, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, p. 43.

<sup>21</sup> No author (2007). Soul City Social Mobilisation Research Project, Unpublished.

Uma comunidade torna-se mobilizada quando um grupo particular de pessoas torna-se consciente da necessidade de partilha de preocupações ou necessidades comuns e decidem em conjunto desenvolver uma acção de forma a criar benefícios partilhados. Esta acção pode ser apoiada pela participação de um facilitador externo que pode ser uma pessoa ou organização. Contudo, a motivação para uma mobilização continuada deve vir do grupo, ou então não será sustentada por muito tempo<sup>22</sup>. A ONUSIDA entende que uma comunidade está mobilizada quando tem as seguintes características:

- ✓ Os membros estão conscientes (de uma forma realista e detalhada) da sua vulnerabilidade colectiva e individual ao HIV e SIDA;
- ✓ Os membros estão motivados a fazer alguma coisa a respeito desta vulnerabilidade;
- ✓ Os membros têm conhecimentos práticos sobre as diferentes opções que podem tomar para reduzir a vulnerabilidade;
- ✓ Os membros agem dentro das suas capacidades, usando as suas próprias forças e investindo os seus próprios recursos, incluindo dinheiro, trabalho, materiais ou qualquer outra coisa que tenham para contribuir;
- ✓ Os membros participam na tomada de decisões sobre as acções a tomar na avaliação dos resultados, bem como assumem responsabilidades quanto aos sucessos e insucessos;
- ✓ A comunidade procura uma assistência e cooperação externa quando necessárias<sup>23</sup>;

A mobilização comunitária é também definida no contexto da participação dos líderes comunitários nos programas para jovens como sendo um processo activo, desencadeado pelos facilitadores e por parte das lideranças e outras para suscitar o envolvimento comunitário e criar um ambiente favorável à planificação e implementação de programas educativos e de consciencialização para os jovens e para os pais, com mensagens e conteúdos baseadas em valores<sup>24</sup>. Esta mobilização que preconiza a existência de uma facilitação define que os facilitadores devem:

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> ONUSIDA (1997). A Mobilização da Comunidade e o SIDA: Actualização Técnica da ONUSIDA. Coleção Boas Práticas da ONUSIDA. Genebra, p. 2

<sup>24</sup> Visão Mundial (sd.). Guião de Mobilização das Lideranças Comunitárias, p. 15.